



# Anais da Assembléia

Nº 39

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 28 DE ABRIL DE 1978.

ANO IV

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 37ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 1978.

SEXTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Jurandir Messias, secretariada pelos Senhores Deputados Francisco Escorsin, e Paulo Camargo.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aginaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglío, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### OFÍCIOS:

Sob os n.ºs 42 e 43/78, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE os Projetos de Lei n.ºs:

94/77: Dos Senhores Deputados Enéas Faria e Osório Valter Pietrângelo, que visa criar no Município de Fênix, uma Escola Técnica Agrícola, para funcionar a partir do ano de 1978. À Comissão de Constituição e Justiça.

133/77: Do Senhor Deputado Gabriel Manoel, que visa dar nova redação ao art. 70 e seu parágrafo único, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado).— À Comissão de Constituição e Justiça.

### REQUERIMENTOS:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições conferidas pelo Regimento Interno, requer, após ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento do Senhor AUGUSTO QUADROS "Cara Nova", nesta data.

O extinto era parte de uma das mais tradicionais famílias do Município de Guarapuava. Faleceu aos quarenta e sete anos, depois de trilhar uma vida de lutas e alegrias junto a seus familiares, deixa uma grande lacuna entre seus parentes e amigos.

Outrossim, requer ainda, que dê-se ciência à família

enlutada, através do endereço sito à Rua Vicente Machado, n.º 774, GUARAPUAVA.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1978.

(a) Jurandir Messias.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente, requer após ouvido o douto Plenário desta Casa, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores Governador do Estado e Secretário de Estado dos Recursos Humanos, reiterando o solicitado por este Deputado, em 27 de outubro de 1976, conforme consta do Diário da Assembléia anexo, no sentido de que seja adotada, por nosso Estado, a contagem proporcional de tempo de serviço prestado por servidores públicos admitidos em data anterior à Constituição de 1967, através da liberação da votação da proposição de emendas à Constituição n.º 538/77, ou ainda, da sanção do Projeto de Lei n.º 115, datado de agosto de 1977, já aprovado por esta Casa.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1978.

(a) Fidelcino Tolentino.

#### JUSTIFICATIVA:

Após coletar diversos dados que nos foram fornecidos desde o ano de 1975, quando assumimos nosso mandato nesta Casa, apresentamos, em 27 de outubro de 1976, o requerimento anexo, solicitando aos Senhores Governador do Estado e Secretário de Estado dos Recursos Humanos, a implantação da contagem proporcional em nosso Estado. (Diário da Assembléia da mesma data).

Em outubro de 1977, o nobre Deputado Valter Pietrângelo recebeu do Secretário da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, a correspondência anexa, dando conta de que no dia 7 de julho daquele ano, o Diário Oficial do vizinho Estado publicou a Emenda Constitucional n.º 7, assegurando a seus funcionários o benefício de contagem proporcional.

Logo em seguida, fundados no disposto nas Constituições de São Paulo e de Minas Gerais, propusemos a emenda à Constituição do Paraná, acrescentando o artigo 157 nas disposições transitórias, instituindo a contagem proporcional.

Posteriormente, quando tramitava nesta Casa o Projeto de Lei n.º 115/77, de autoria do Deputado Erondy Silvério, apresentamos emenda substitutiva, adequando o texto daquele plano de lei à emenda que contava com quarenta e nove assinaturas e tinha aprovação garantida através de acordo mantido com a bancada da ARENA.

Tratando-se de norma regulamentadora, o Projeto de Lei n.º 115/77, viria dar possibilidade de aplicação imediata do benefício aos servidores de nosso Estado.

Infelizmente, por motivos que desconhecemos, o acordo está sendo rompido e a Proposição n.º 538/77, ainda não foi aprovada.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das prerrogativas regimentais, após ouvido o Plenário, requer o envio de EXPEDIENTE ao Excelentíssimo Senhor JAYME CANET JÚNIOR, digníssimo Governador do Estado do Paraná e aos Senhores PAULO AZEVEDO BEIRUT, muito digno Presidente

do Instituto Brasileiro de Defesa Florestal, em Brasília e HUMBERTO JOSÉ JUSI, digno Delegado do mesmo Instituto no Paraná, sugerindo realização urgente de CAMPANHA DE REFLORESTAMENTO, no território do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1.978.

(a) VALTER PIETRÂNGELO.

#### JUSTIFICATIVA:

Se já não existissem por si só, muitas razões para que freqüentemente se proceda em nosso território um racional reflorestamento, à presente época, em que sentimos na pele os efeitos da seca que vem assolando as nossas terras agricultáveis, causando desequilíbrio financeiro para o erário público, seria sobremaneira a melhor das justificativas.

Além disso, citaremos mais alguns ítems, que nos foram remetidos em expediente oficial da Câmara Municipal de Maringá, como peça integrante de matéria apreciada e votada por aquela Casa, proposta pelo Vereador MIDUFO VADA, como resultado de ingente pesquisa por ele realizada sobre ecologia na região do norte do Estado, fazendo nossas as suas reivindicações.

I — A Legislação proíbe a desmatagem das nascentes;

II — Se a lei não foi cumprida por falta de fiscalização ou orientação, deve-se agora tomar as providências, sem prejudicar aos proprietários de lotes rurais;

III — O reflorestamento soluciona em parte o problema da fauna e flora;

IV — Ajuda a solucionar o problema da ecologia tão falada e importante por toda a população;

V — Soluciona o problema da erosão, que está, atualmente causando enchentes, com as ressalvas devidas, e desgastando o limo produtor de cereais dos nossos agricultores;

VI — Evita o triste problema das inseticidas poluírem os rios e exterminarem com grande quantidade de peixes, que além de alimento, a sua pesca é um dos esportes mais prediletos de nossa população;

VII — Os inseticidas são passados na lavoura, via aérea, trator; com o vento e chuvas vão direto para os rios e riachos; e a falta de arborização, causa também desproteção aos pássaros.

VIII — Como consequência, nota-se ultimamente a grande extinção de pombos nos canais pelos caçadores que muito pouco analisam a realidade da fauna.

Considerando-se o exposto, nada mais correto e edificante, do que as nossas autoridades competentes, procederem, como medida de defesa e conservação e nossos patrimônios rurais, a uma profunda CAMPANHA DE REFLORESTAMENTO das nascentes e barrancas dos rios, córregos, talvez e riachos, podendo incluir incentivos fiscais ou empréstimos com juros baixos, como motivação para os lavradores.

Se a proposição desta matéria, já mereceu a aprovação unânime da Câmara de Maringá, uma das mais expressivas do Estado, deverá também levar o referendo dos companheiros desta Casa, por ser acima de tudo, assunto da mais relevante importância.

#### PROJETOS DE LEI:

##### PROJETO DE LEI N.º 46/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de utilidade pública o "Serviço de Amparo e Recuperação do Indigente e Assistência Social" — SARIAS — com sede à rua da Glória, 355, na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1.978

(a) FRANCISCO ESCORSIN.

#### JUSTIFICATIVA:

O Serviço de Amparo e Recuperação do Indigente e Assistência Social — SARIAS — é uma instituição com finalidades de promover o bem estar individual ou da família, sem distinção política, religiosa, prestando assistência econômica e social, combatendo a indigência e promovendo a recuperação das pessoas realmente necessitadas.

Pelo exposto, conforme estatuto anexo, esperamos a aprovação do plano de lei em pauta.

##### PROJETO DE LEI N.º 47/78.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — O artigo 129, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 129 — Computar-se-á, para todos os efeitos legais: I — o tempo de serviço prestado ao Estado do Paraná, desde que remunerado;

II — o período de férias não gozadas na administração estadual, contado em dobro;

III — o tempo de advocacia, até o máximo de 10 (dez) anos, comprovado pela inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil ou contribuições ao Instituto Nacional de Previdência Social ou certidões expedidas por cartórios do foro judicial, para ocupantes de cargos efetivos para cujo provimento se exige habilitação de Bacharel em Direito".

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1.978.

(aa) Accioly Neto, Enéas Faria,

Fidelcino Tolentino, Gabriel Sampaio.

#### JUSTIFICATIVA:

Esta Casa, recentemente, aprovou emenda ao Projeto de Lei n.º 12/78, de autoria do primeiro signatário, pela qual seria permitida a contagem de tempo de advocacia, até o máximo de 10 (dez) anos, para os membros do Ministério Público.

Essa reivindicação já é atingida, e havia sido solicitada nesta Casa pelo segundo signatário, por se tratar de benefício já concedido aos membros da magistratura.

Enquanto isso, o terceiro signatário, em emenda apresentada em projeto em tramitação nesta augusta Assembléia Legislativa, solicitava extensão da contagem a todos os funcionários públicos titulares de cargos para os quais seja exigida habilitação de Bacharel em Direito.

Estudando todas as proposições, o quarto e último signatário concluiu que, para não tornar-se discriminatória, a norma em tela, já adotadas em São Paulo e em outros Estados da Federação, deveria ser aplicada em relação a todos os servidores públicos estaduais.

Em nosso Estado, a exemplo de São Paulo, essa norma apareceu pela primeira vez em nossa legislação, nos dispositivos da Lei n.º 5.809, de 15 de julho de 1.968 (Lei de Organização e Divisão Judiciária do Estado), cujo artigo 140, permitia, em seus §§ 1.º e 2.º, tal contagem, para os efeitos de aposentadoria, disponibilidade e acréscimo de vencimentos, até quinze anos, para o desembargador nomeado em uma das varas do quinto constitucional, e, até dez anos, em favor dos magistrados de carreira.

Recentemente, ou mais precisamente, no ano de 1.975, através de sua Resolução Normativa n.º 1/75, o egrégio Tribunal de Justiça do Estado, em seu artigo 132, decidiu que a referida contagem de tempo deveria ser procedida para todos os efeitos legais.

Acontece, que o referido dispositivo não foi incluído entre aqueles que foram referendados por esta Casa, a fim de revestir-se de lei.

Por outro lado, tratando-se de lei específica para a magistratura os demais servidores não foram atingidos pelo benefí-

cio, tornando-se essa norma discriminatória até que possa beneficiar todos os servidores em idênticas condições, para que não se torne inconstitucional.

Ao tramitar nesta Casa o Projeto de Lei n.º 12/78, o segundo signatário apresentou emenda propondo a contagem do tempo de advocacia para os membros do Ministério Público. Tendo em vista que o Ministério Público é regido por Estatuto próprio (lei complementar), Sua Excelência, o Governador do Estado, houve por vetar tal dispositivo.

Não se pode negar, entretanto, que o direito à contagem do tempo de advocacia aos demais servidores já foi reconhecido pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e que a sua implantação, através do Estatuto dos Funcionários do Estado, parece ser a forma ideal para essa finalidade.

Quanto à constitucionalidade deste plano de lei, cremos que, desde que se fala em "contagem recíproca de tempo de serviço", os Tribunais Federais têm se pronunciado no sentido de que os Estados podem ampliar as modalidades de contagem de tempo de serviço estabelecidas "a priori" pela Constituição Federal, desde que não venha invadir a competência e a autonomia da união ou dos municípios.

Se a contagem de tempo de advocacia é deferida, atualmente, aos magistrados de quase todas as unidades da federação, senão de todas elas, por quais motivos os demais servidores ocupantes de cargos para os quais seja exigida a condição de Bacharel em Direito deverão ficar marginalizados de tal benefício?

Considerando-se que o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis é norma geral, aprovado o presente projeto de lei, bastará uma pequena adaptação no Estatuto do Magistério e uma emenda (já elaborada pelo Deputado Fidelcino Tolentino) no projeto que trata do Quadro da Procuradoria Geral do Estado e estará sendo cumprido o preceito básico do direito de que "todos são iguais perante a lei".

Quanto à parte fina da proposição, trata apenas de revogar dispositivos inócuos, cujos textos foram inteiramente revogados na ocasião em que a Lei n.º 6.174/70, foi sancionada.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A votação de emenda constitucional, ela exige "quórum" qualificado para ser aprovada, com o mínimo de 28 (vinte e oito) votos.

Parece-nos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que na votação das emendas à Constituição do nosso Estado, propostas pelo Deputado Luiz Roberto Soares, que nós discutimos, votamos e aprovamos nesta Casa recentemente, ela não obedeceu, integralmente, alguns preceitos regimentais.

Por esta razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que nós pretendemos protocolar à Mesa, o requerimento nosso, solicitando de V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, que faça chegar às nossas mãos, cópias do inteiro teor das atas das sessões em que nós votamos e em que esta Casa aprovou as emendas à Constituição do Estado, propostas pelo Deputado Luiz Roberto Soares, que nós pretendemos examinar, as atas daquelas sessões e realmente verificar se porventura ocorreu, ou não, desobediência, Sr. Presidente, a alguns dispositivos regimentais que, a nosso ver, preliminarmente, parece, foram cometidas algumas agressões ao nosso Regimento Interno. E, se assim o foi, Sr. Presidente, nós vamos pretender por via administrativa ou, se não, por via judicial, que as emendas aprovadas nesta Casa, de autoria do Deputado Luiz Roberto Soares, sejam anuladas.

Por outro lado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, propomos à Casa um requerimento dirigido ao Sr. Governador do

Estado e ao Sr. Paulo Azevedo Beirute, Presidente do IBDF, e também ao Sr. Humberto Justen, Delegado do IBDF no Paraná, sugerindo realização de urgente campanha de reflorestamento em todo o Estado do Paraná, pois, evidentemente, a agressão que se fez neste Estado, à natureza, ocasionando o desequilíbrio ecológico que envolve o Estado, é deveras preocupante. E, é necessário que o Poder Público, o Poder Executivo se conscientize a respeito e possa somar esforços com o Governo do Estado, IBDF e Governo Federal, para que uma imediata campanha de reflorestamento possa ser detonada no Paraná, e executada com a devida emergência.

Por irresponsabilidade também acentuada do IBDF que, dispondo de instrumentos legais não adotou, não executou a fiscalização devida que deveria efetivamente propor, no desmatamento indiscriminado que se verificou e ainda está acontecendo em nosso território.

Pois bem, Sr. Presidente, esta nossa segunda matéria, ela já foi votada até pela Câmara Municipal de Maringá, discutida, debatida, por iniciativa do nobre Vereador daquela Casa de Leis, que tivemos a honra de presidir durante dois anos, Midufo Wada, Professor conceituado de nossa Universidade e que conhece a extensão do problema de toda a região polarizada pela exuberante cidade de Maringá, que abrange em torno de 110 (cento e dez) municípios, daquela região ali do arenito do Caiuá, tão agredida agora pelo problema erosivo.

Era só, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Alfredo Gulin. (Pausa) Estando ausente, concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem, na sessão desta Assembléia, oportunidade em que se discutia em primeiro turno uma proposta de emenda constitucional em co-autoria com o Deputado Valter Pietrângelo e que visa diminuir a contagem proporcional para efeito de aposentadoria dos servidores do Estado, dizia eu, naquela oportunidade, que a iniciativa daquela emenda constitucional, havia sido motivada por nós, juntamente com o Deputado Valter Pietrângelo, a quem eu faço hoje aqui, a título de justiça, que foi juntamente conosco, um batalhador da proposição desta emenda constitucional, e que ontem passara despercebido, este concurso, este esforço conjunto conosco, de dois gabinetes e é para deixar registrado nos Anais desta Casa outra vez, que faço à Mesa o seguinte requerimento, principalmente tendo em vista que a imprensa noticiou que nós havíamos ou haveríamos plajeado um projeto de lei ordinária do Deputado Erondy Silvério.

Esta alegação é que me traz a esta tribuna para fazer a prova material, formal, substancial, irremovível e irreprochável, das minhas ponderações feitas desta tribuna de que não é nosso costume fazer qualquer plágio, cópia e assemelhado de projeto de lei de iniciativa de qualquer Deputado. Antes, ao contrário, em 1.976, pelo Diário da Assembléia do dia 27-10-76, formulávamos um requerimento ao Excelentíssimo Governador do Estado, pedindo que ele endereçasse a esta Casa de Leis, uma mensagem, visando a instituição desta norma, para beneficiar o funcionário público do Estado e quem tiver dúvida, há de recorrer ao Diário Oficial desta Assembléia, na página 2 de 27/10/76, com ampla justificativa, com todos os promenores das pesquisas que nós fizemos em vários Estados da Federação, pesquisa que vinha sendo promovida desde 1.975, e é esta a posição que quero assumir desta tribuna, para deixar aqui a nossa posição de homem que pauta pela ética, pelo respeito, e cordialidade parlamentar, ficando assim esclarecido, sobretudo, ao Paraná de que a nossa posição neste

Parlamento, não é outra que não a de realizar um trabalho decente, honesto, honroso, não para elevar o nosso nome, mas para elevar o nome do Paraná para enaltecer o Parlamento e para encaminhar, nesta hora difícil do Parlamento brasileiro a seriedade de que ele precisa para se conduzir nos assuntos pertinentes ao seu mister.

O requerimento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, está vazado nos seguintes termos. (Lê):

"Requer sejam encaminhados ofícios ao Senhor Governador, Secretário dos Recursos Humanos, reiterado e solicitado pelo Deputado que este subscreve, já no dia 27 de outubro de 1976, conforme consta do Diário da Assembléia anexo, no sentido de que seja adotado por nosso Estado, a contagem proporcional de serviço prestado pelos servidores públicos, admitidos em data anterior à Constituição de 1967, através liberação de votação da proposição de Emenda nº 538/77, e, ou ainda, a sanção do Projeto de Lei nº 115, posterior um ano às nossas posições e ao nosso requerimento aprovado por esta Casa. E este é o sentido do requerimento e, justifico, Sr. Presidente.

Após coletar diversos dados que nos foram fornecidos, desde 1975, quando assumimos nosso mandato nesta Casa de Leis, apresentamos em 27 de outubro de 1976, o requerimento anexo, solicitando aos Srs. Governador do Estado, Secretário dos Recursos Humanos, a implantação da contagem proporcional em nosso Estado.

Em outubro de 77, o nobre Deputado Valter Pietrângelo, recebeu do Secretário da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, a correspondência anexa a este requerimento, dando conta que em 07 de julho daquele ano, o Diário Oficial do Estado vizinho, publicou a Emenda nº 07, Carta Constitucional, assegurando aos seus servidores o benefício da contagem proporcional. Logo em seguida, Sr. Presidente, fundados nas Constituições, digo, nos dispositivos das Constituições de São Paulo e Minas Gerais, propusemos a emenda à Constituição, ombreados também, pelo Deputado Valter Pietrângelo que trabalhava no mesmo sentido, acrescentando o artigo 157 às Disposições Transitórias, instituindo a contagem proporcional ao servidor público do Paraná.

Posteriormente, quando tramitava nesta Casa o Projeto 115/77, de autoria do eminente Deputado Erondy Silvério, apresentamos a emenda substitutiva, adequando o texto daquele plano de lei à emenda que estava tramitando, também, nesta Casa e que contava com 49 assinaturas e que tinha a aprovação garantida através do acordo mantido com a bancada da Arena. Tratando-se de norma regulamentadora, o Projeto 115, que iria dar possibilidade de aplicação imediata do benefício aos servidores do Estado.

Infelizmente, por motivos que desconhecemos, o acordo está rompido e a proposição 538 ainda não foi aprovada.

Reiteramos o apelo já formulado em outubro de 1976, em nome dos funcionários públicos do Estado do Paraná, a quem temos tido um zelo especial, um tratamento, um trabalho legislativo desta Assembléia, os quais não podem ser vítimas de querelas, de cunho meramente político, e mais, naquela ocasião, a imprensa até publicou a minha disposição de não concorrer a pleitos eleitorais. E, juntamente com base nesse princípio, nós havíamos formulado esta proposição, em conjunto, com o Deputado Valter Pietrângelo, porque não haveríamos de nos candidatar a cargo eletivo nenhum; e não tinha objetivo político e nem objetivo eleitoral, porque desde 1975 e antes de 1975, lá na Câmara Municipal de Cascavel, já buscávamos integrar o funcionário público que está marginalizado em todos os setores da administração.

Eis porque, desde já, nos manifestamos favoravelmente à sanção daquele projeto, porque achamos de justiça e porque vem buscar, vem firmar, vem afirmar que o funcionário públi-

co, com ele, será beneficiado. E é de autoria, realmente, do Deputado Erondy Silvério, mas fica na consideração da lógica, no apreço e no raciocínio de quem interpretar, qual foi o plagiar de projetos. E faço isso, até com penitência, porque não gostaria de vir a esta tribuna para provar o que desta tribuna também, que as nossas gestões datam de 1975, mas que em 1976, fazíamos formalmente um pedido ao Governador do Estado, porque sabíamos, de antemão, que ele haveria de vetar um projeto de lei ordinária. Daí a nossa posição de enviarmos, ou de aviarmos juntamente com Valter Pietrângelo, um projeto que viabilizasse uma modificação nos preceitos constitucionais, porque não dependeria de sanção do Sr. Governador do Estado.

E aí está, o próprio projeto, concluindo, Sr. Presidente, o próprio Projeto Erondy Silvério, no qual nós colaboramos e não fomos à tribuna usar de argumentos que nós tínhamos registrado nesta Casa, para fazer qualquer óbice ao encaminhamento daquele projeto.

Antes, ao contrário, fizemos todo o esforço e a nossa bancada votou e votou a favor do projeto. Aí está o grande espírito público, porque visava, naquela oportunidade, um acordo de cavalheiros, que foi feito depois, naquela oportunidade, visava um acordo com a Ordem dos Funcionários Públicos do Estado.

E a nossa bancada nunca se furtou a esse objetivo. A bancada do MDB sempre esteve presente na hora do chamamento, na hora do prestigiamento e na hora da votação, vindos do interior do Estado, vários Deputados do MDB.

Quando votamos o Estatuto do Magistério, eu mesmo fui um que paguei uma viagem de táxi aéreo para vir votar o Estatuto do Magistério. E quando foi feito o aumento do funcionalismo público do Estado, nós fizemos uma emenda colocando o magistério no artigo 1º daquela lei.

E é por esta razão, de justiça, que venho a esta tribuna me posicionar, defender o nosso ponto de vista e rebater, com penitência, aquilo que a imprensa publicou e o que foi dito pelo eminente Deputado a quem eu muito respeito e que quero manter, apesar de todos os pesares, manter cordialidade e diálogo nesta Casa.

Sr. Presidente, encaminho este expediente à Mesa e faço um apelo aos eminentes Deputados para que, na 3ª feira, consoante ficou combinado, vamos todos, como nós fizemos aqui no Projeto Erondy Silvério, vamos todos votar esta emenda Constitucional. E todos aqueles que subscreveram a emenda constitucional, que deram a honra e a palavra, e deram o seu consenso para que o projeto fosse votado e aprovado, faço um apelo para que esses Deputados que subscreveram a emenda, que honrem a sua assinatura naquele projeto e votem favoravelmente.

É este o apelo, Sr. Presidente, neste fim de semana, que já chega aí o Dia do Trabalhador, no dia 1º, até lá esta Assembléia estará em recesso, que meditem no Dia do Trabalhador estes representantes do povo, para que votem favoravelmente o projeto, que é de grande justiça, é de grande necessidade para o servidor do Estado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Todos devem estar assistindo pelos canais de televisão, pelo rádio e pelos jornais, os apelos da Sanepar e agora da Copel, para que o povo economize água, economize energia elétrica.

E ontem estivemos observando, o Sr. Presidente da Sanepar fazer uma declaração que nos chamou efetivamente a atenção.

Dizia ele, inquirido por um repórter, que a população

curitibana não atendeu o apelo governamental através da Sanepar, para economizar água.

Daf, eu fiquei pensando: Teria o povo curitibano e o povo paranaense a obrigação de atender esse apelo, ou de acreditar que realmente iria faltar água?

Senão, vejamos: desde que se implantou o sistema que ilumina esse País, há 14 anos, vem-se dizendo que é para breve uma abertura democrática. De poucos em poucos anos prometem eleições abertas para Governador; eleições livres para a Presidência da República, e em seguida, quando percebem que a Oposição pode chegar ao Poder, simplesmente tiram o direito novamente do povo, de votar para seus governantes. E o povo, no início, logo depois da Revolução, foi acreditando no Governo, foi votando efetivamente com o Partido Governista. Passaram-se os anos e a abertura não veio. Ao invés de abertura, tivemos agora o famoso pacote de abril que já completou o seu primeiro aniversário. Tirando também o direito do povo de votar para um Senador. Ao invés de aberturas, há fechamentos. E vejam então, os apelos que o Governo faz. Há pouco tempo uma correria por este País todo, solicitando que o povo economizasse gasolina. E apesar dos dados oficiais dizerem que realmente houve uma queda no consumo de combustíveis, derivados do petróleo, conversa-se com todos os donos de postos de gasolina e eles dizem que não baixou a venda, ao contrário, está aumentando. O povo não atendeu realmente o apelo do Governo.

Pede-se para economizar água, porque vai faltar. Não chove e estamos vendo que não chove. E o povo não atende o apelo do Governo.

Pede-se para economizar energia elétrica, porque as represas estão baixas e o povo não atende o apelo do Governo. Sr. Presidente, Srs. Deputados. Tem toda razão o povo em não acreditar que vai faltar energia, porque a água está baixando e que vai faltar água porque não está chovendo. Porque, se de um lado prometem aberturas e não dão; se de um lado prometem voto direito e livre para que o povo escolha seus governantes e não dão; não podem também, quando as mesmas autoridades solicitam para economizar este ou aquele produto, obedecer. Quando aqueles que mandam perdem totalmente os escrúpulos, os que obedecem perdem o respeito. Se nós continuarmos a ver este Governo a fazer promessas vãs para o povo, a restringir cada dia mais a sua liberdade de escolha dos seus governantes, terá efetivamente estes mesmos homens que usar, quem sabe, até da violência, para coibir a menor coisa que seja, porque o povo vai clamar por ela.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós vamos; continuar agora neste ano eleitoral, com tristeza, vendo as reivindicações nossas, do povo e bradadas a quatro cantos deste País pelos homens da Oposição, vendo estas coisas nossas não serem atendidas. As aberturas não vindo. Mas continuaremos efetivamente, vendo que o povo, pouco a pouco, passa a desacreditar mais e mais no Governo que aí está.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Concedo a palavra ao quinto orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Entendo que não poderia deixar de comparecer à tribuna desta Casa, hoje, depois de ter conhecido o nome do companheiro do Ministro Ney Braga, para o próximo Governo do Estado do Paraná, na sucessão de Jayme Canet Júnior e Otávio Cesário Pereira Júnior.

Na verdade, a indicação do nome do Professor José Hosken de Novais, ex-Prefeito de Londrina, homem que já serviu ao Governo do Estado do Paraná, como Secretário da Fazenda, como Procurador da Justiça, indubitavelmente, representando como representa, um verdadeiro patrimônio moral neste Estado e uma das maiores lideranças políticas do

Norte do Paraná, vejo na presença de Hosken de Novais, no futuro Governo, indubitavelmente, uma garantia a mais para que possa o Estado do Paraná continuar na caminhada que ora se empenha, através de um governo de extraordinárias realizações.

Mas, na verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não apenas a satisfação de Londrina, não apenas a satisfação do Norte do Paraná, não apenas a satisfação deste Estado pela presença de Hosken de Novais, ao lado de Ney Braga, como Vice-Governador do Estado.

Ocorre que, inclusive, em entrevista concedida e dada a conhecimento pela imprensa, pude sentir que até o próprio e atual Prefeito de Londrina, Sr. Antônio Belinati, em declaração que prestou, reconheceu a capacidade de Hosken de Novais, as condições morais e de honra desse homem que acabou aceitando a sua indicação, visando prestar também um serviço ao seu Estado, à sua gente.

Mas tenho ouvido nesta Casa, a respeito desse mesmo assunto, as mais diferentes considerações.

Eu mesmo me perguntava: quando teremos a parte final da decisão a respeito das indicações dos governadores?

Porque, me parece que a situação no Rio de Janeiro continua tumultuada. Enquanto o Diretório Regional do MDB defende a indicação do Governador por via indireta, do vice-Governador pela via indireta e também a escolha do Senador, existem outras forças que já não o permitem. Inclusive, em uma das últimas sessões da Assembléia Legislativa, o que aconteceu foi que, procurando defender uma tese contra a aceitação dos cargos indiretos pelo MDB, no Estado do Rio, Deputados da Oposição acabaram deixando o plenário da Assembléia para que não se permitisse a existência de "quorum" para votação de requerimentos que prestavam homenagem a jornais da ligação de Chagas Freitas.

Entendo que, na verdade, já há um movimento do MDB, no sentido que não se aceite; enquanto outra linha defende que devam ser aceitos os cargos e devam ser preenchidos pelo Movimento Democrático Brasileiro.

Fica então uma interrogação das posições reais do partido da Oposição, da linha efetiva que ele deva tomar. Porque, exatamente no Estado onde tem condições para indicar os Governadores e vice-Governadores e Senador, pela via indireta, existe o grande grupo que defende esta posição e entende que o Partido deva aproveitar e deva fazer as indicações. E Chagas Freitas e outros líderes, lutam para que possam obter suas indicações: Enquanto em outras frentes, defende-se de que o Partido ficará, indiscutivelmente, em todo o Brasil, numa situação difícil, desde que as coisas correm por outros caminhos do Estado do Rio.

Entendo que, por enquanto, deveremos esperar mais um pouco para sentir, exatamente, se todos os emedebistas do Brasil pensam da mesma forma, ou se existem maneiras diferentes de se pensar. Se se pensa de uma forma, onde não se pode indicar, ou se o pensamento é outro, onde o Partido tenha condições de fazer a indicação.

Combateu-se muito posições que são tomadas por Parlamentares. Mas, é bem recente ainda a decisão havida, com referência ao tão decantado "pacote de abril", quando todos sabiam que por ocasião da reforma do Judiciário, havia pensamento no Congresso, de grande número de Parlamentares da Oposição, no sentido de votarem a favor da mensagem que vinha do Governo.

E o que aconteceu? O Partido que prega tanto a liberdade, que dá condições a todos os seus homens de dizerem aquilo que bem entendem, acabou, isto sim, se reunindo às pressas, fechando a questão com a cúpula, para depois registrar a decisão junto à Justiça Eleitoral, não permitindo que nenhum sasse de dentro daquela pragmática que havia sido estabelecida.

Daí porque, apesar do tempo ser escasso, eu entenda que nem tudo está contado devidamente, como deveria ser. É talvez, a partir de agora, devêssemos tomar posições e começar a analisar muitas atitudes que têm sido tomadas pela Oposição, para não dar a impressão que realmente as coisas vivem correndo, como se procura apregoar e como nós temos sentido.

Era apenas um registro que eu faria hoje da tribuna, para voltar ao assunto num dos próximos pronunciamentos, quando entendo que todos devêssemos enfocar e analisar, detidamente, o problema da Oposição e o problema da Arena, mas, no contexto nacional, na posição de todos os seus nomes, para sabermos se efetivamente as linhas mestras que tem sido apregoadas, vêm sendo cumpridas em toda sua extensão.

Apenas isto, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Concedo a palavra, ao sexto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, eu a solicito no horário da liderança.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Consulto à Liderança do Movimento Democrático Brasileiro, se deseja fazer uso da palavra no horário reservado ao MDB. — (Assentimento).

O SR. GABRIEL MANOEL — Pela ordem. (Assentimento) Sr. Presidente, solicito verificação de "quorum".

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) V. Ex.<sup>a</sup> se refere à chamada nominal?

O SR. GABRIEL MANOEL — Verificação de "quorum".

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Defiro o pedido de V. Ex.<sup>a</sup> (Faz soar os tímpanos).

O Sr. 1.<sup>o</sup> Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, pela ordem, para verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Esta Presidência não pode atender V. Ex.<sup>a</sup> porque não tem matéria nenhuma em votação.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, para socorrer V. Ex.<sup>a</sup> O quorum pode ser solicitado a qualquer momento. Não havendo número para instalação e continuidade da sessão, teremos que suspendê-la. Não será este expediente, Sr. Presidente, que haverá de calar a minha voz neste Parlamento, hoje ou amanhã.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) A Presidência retorna a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, a chamada nominal em questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) O Sr. 1.<sup>o</sup> Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados. (É feita a chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) 23 Srs. Deputados responderam à chamada nominal.

Retorno a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Neste Brasil desta Revolução, a juventude quis falar e foi amordaçada, espancada, tangida e presa; o trabalhador quis reivindicar e foi emudecido, desvirtuado o seu sindicato, minimizada a sua luta, calada a sua voz; o intelectual quis falar e se viu emudecido; a imprensa quis trabalhar, se viu censurada.

Este é o País do silêncio, este é o País da omissão, este é um País efervescendo por falar, por contar, por gritar, por reivindicar, mas, é um País agrilhoado, é um País aprisionado, e agora, Sr. Presidente, sem surpresas, até mesmo dos Parlamentares se querem calar a voz dos que falam, a voz que sempre falou, a voz que sempre reivindicou, a voz que sempre denunciou ou que sempre criticou, a voz que sempre falou, a voz

que nunca desertou.

Estamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, mesmo até pelos sintomas de desespero que batem às portas dos homens do Governo, estamos a sentir que palmilhamos o caminho da democracia e da liberdade, que estamos no limiar do alvorecer de um novo tempo neste nosso Brasil.

Ouvi, Sr. Presidente, e ouvimos todos, com o respeito que a atividade parlamentar exige e impõe, o pronunciamento do eminente Deputado Dácio Leonel, que vem e que cumpre a sua tarefa nesta Assembléia, que diz o que lhe é dado dizer, que fala o que entende de falar, não importa que germe contenha a sua palavra, não importa que a agressão contenha a sua fala — a nós, cabe o respeito e ouvimos. Não acatamos. Abominamos e rejeitamos até, mas nos tivemos presentes, firmes, e ouvimos.

Parece que este jogo parlamentar não pode se ausentar desta Casa, como de nenhuma outra. Não será na agressão, não será pelo rebaixamento da palavra do calão que iremos fortalecer o nosso combalido Poder Legislativo.

Terminou, Sr. Presidente, no Paraná, a loteria do sabugismo eleitoral.

Aí estão distribuídos as benesses, aí estão repartidos os favores, com este Governador, aquele biônico, aquele vice. Regras impostas pela prepotência. Normas ditadas pelo arbítrio, que conhecem nossa repulsa, a nossa oposição, que conheceu a nossa crítica desde o primeiro momento até hoje. Por isso não as aceitamos. Por isso a própria Nação as repudia. No bojo deste processo imoral e anti-povo, despudorado, acabou por emergir a uma situação, quem sabe até burilada, até trabalhada para envolver e colocar em situação mais difícil a Oposição brasileira, para colocar numa posição complicada o MDB.

Não, Sr. Presidente, não, Senhores Deputados.

Não fomos nós os autores, não fomos nós os executores. Não fomos os críticos, nós fomos os opositores, fomos os denunciadores dessa forma de se oporem de norte a sul neste País, e em todos os recantos desta Nação.

Como não a aceitamos aqui no Paraná, ou no Rio Grande do Sul, como não aceitamos no Amazonas ou Piauí, como a repudiamos em Minas ou São Paulo, a abominamos também no Estado do Rio, e aqui temos que fazer um parêntesis, e até confessar, Sr. Presidente, que não somos imaculados, que não estávamos e não estamos infensos a certos corpos estranhos, digo, externos que se agregam como penduricalhos à nossa luta que é cívica, e sacrossanta, e temos até tantas vezes que conviver com esses tipos e criaturas. Como V. Ex.<sup>as</sup> e homens do Governo, nesse Paraná, bolodório político, instalado neste Estado, devem também sentir repulsa, na sua mesquinhez, no seu sabujismo, de terem de conviver com a cultura, com a integridade, honradez de um Senador como Accioly Filho. Nós temos que conviver com as chagas, e porque elas existem e estão afloradas.

O MDB do Paraná, no momento certo, pronta e claramente se posicionou contra a chaga instalada no Estado do Rio. Seguiu-lhe o seu caudal o MDB do Brasil inteiro.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, a nós não interessa o mando sem liberdade, não interessa o Governo sem democracia, e haveremos de fazer impor a grande meta, o grande objetivo do MDB, que, em última análise, é a meta e o objetivo da Nação inteira. É a democracia, a liberdade, e a volta ao Estado de Direito. Se aboiletem no Poder, se acocorem nos Palácios os que não têm espinha, ou os que não têm noção das coisas que se passam. Nós não aceitaremos, em momento algum, ou em qualquer lugar, esta situação.

Será esta a resposta que se queria ouvir, que se ouça e se ouça já e agora; havemos de nos conduzir, Sr. Presidente, Srs. Deputados, abaixo de qualquer sacrifício, diante de qualquer dificuldade, arrostando os riscos e os perigos que possam



admirar, mas não deixaremos cair a nossa bandeira; não deixaremos de pregar a nossa luta; não haveremos de nos enfiar no lamaçal que hoje toma conta do Poder nesta terra.

A qualquer momento, e em qualquer lugar, esta será a palavra, e esta será a atitude do MDB.

Tem a palavra o Deputado.

O Sr. Valter Pietrângelo — Muito obrigado.

Quero hipotecar ao meu ilustre Deputado Enéas Faria, a minha inteira solidariedade, os meus aplausos pelo seu posicionamento firme, claro, amplo, nesse episódio que envolve o MDB do Estado do Rio de Janeiro.

Realmente, nobre Deputado, V. Ex.<sup>a</sup> que tem conduzido a nossa bancada com altivez, com dinamismo, com muita clareza, jamais o MDB poderia, poderá aceitar essa comédia obtusa e ofensiva, de eleição indireta, de indicação de homens públicos.

Nobre Deputado, creio que o maior crime cometido por esse sistema que governa o Brasil, foi, exatamente, haver estigmatizado a um Partido Político — o Movimento Democrático Brasileiro, que tem todo o programa alicerçado, estruturado, nos mais puros preceitos democráticos de liberdade, de respeito aos Poderes constituídos, de serviço ao povo. E haver, nobre Deputado, criado uma equipe de políticos, de homens preocupados, tão somente, em louvar; que fazem do binômio "sim senhor" a mais nociva, trágica, inútil bandeira de desserviço ao Brasil, porque sustenta, realmente, eminente Deputado, um Governo arbitrário, prepotente, violento e, sobretudo, incapaz. E, além disso, nobre Deputado, como se aceitar o aplauso a essa sistemática governamental que está aí a manietar as inteligências, desprezadas e superiores desta Pátria, que não se sentem mais com entusiasmo e, até, com coragem de se colocarem a serviço do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. ENÉAS FARIA — Muito obrigado, eminente Deputado, por suas palavras. Entendo-lhe, Sr. Presidente, a advertência do horário, e vou concluir.

Queremos, tão somente, Sr. Presidente, o arejamento à liberdade; queremos que sejam desobstruídos os caminhos das urnas; queremos chegar a elas e a elas conduzir o povo, com seriedade, com liberdade, com capacidade. Chega, Sr. Presidente, de Leis Falcão, de A.I.5, de 477, de prepotências, de estrelas e de outras tantas coisas a macular o céu brasileiro.

Queremos tão só isso, nós do MDB, e nós da Oposição. Os Senhores que convivam, que vivam e que se satisfaçam no prazer masoquista do Nefismo Desbragado que volta a esta terra. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Consulto à Liderança da Arena, sobre se deseja usar do horário que regimentalmente lhe é reservado.

O SR. DÁCIO LEONEL — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, só volto à tribuna, após o pronunciamento do Líder do Movimento Democrático Brasileiro, ilustre Deputado Enéas Faria, para dizer que não observei nenhuma resposta àquilo que dissera, quando ocupando esta tribuna. S. Ex.<sup>a</sup> apenas fez um posicionamento, de que a agressão que pudesse estar contida no meu pronunciamento, quando na verdade eu me lembro bem, creio não ter feito nenhuma agressão a quem quer que seja. Eu apenas trouxe à tribuna, apenas abordei aqui alguns tópicos do posicionamento partidário nos dias atuais.

O Sr. Enéas Faria — V. Ex.<sup>a</sup> me concede um aparte? — (Assentimento) Permita-me, para que não seja mal interpretado. Efetivamente, as suas palavras não contiveram, em nenhum momento, por elas, qualquer agressão a nós outros. A agressão a que me refiro, é quando V. Ex.<sup>a</sup> acredita,

pensa ou insinua, que nós possamos nos comprazer ou conviver com a prepotência e com a violência.

O SR. DÁCIO LEONEL — Mas, Sr. Deputado, eu, em meu pronunciamento, apenas abordei no aspecto nacional. Porque sempre que ouço um parlamentar da Oposição vir à tribuna para dizer do seu pensamento, do seu sentimento, do seu entendimento a respeito de qualquer episódio político, eu estou ouvindo e sentindo o parlamentar. Mas quando se fala apenas na tônica, nas linhas mestras do seu Partido, eu então passo a entender que essas linhas mestras devam ser de ordem geral de todo o Partido, de todo o Movimento Democrático Brasileiro.

Agora vejo V. Ex.<sup>a</sup>, como Líder da bancada da Oposição, nesta Casa, subir à tribuna, para inclusive combater Chagas Freitas, ex-Governador do Estado do Rio, dando a entender que seria ele apenas e tão somente o grande espinho no problema sucessório do Estado do Rio, quando na verdade é uma posição do MDB fluminense, quando na verdade, se é talvez que exista da parte do ex-Governador Chagas Freitas, uma liderança tão grande assim.

Mas eu dizia que na verdade é uma posição tomada, não por ele, mas uma posição tomada pelo Diretório Regional do MDB fluminense. Tanto é verdade que o que é que se está pretendendo? O que se pretende é anular a decisão tomada pelo Diretório Regional do MDB do Estado do Rio, de participar das eleições indiretas.

Então vê V. Ex.<sup>a</sup> que o problema não é de homem; o problema é do seu Partido no Estado do Rio.

O Sr. Enéas Faria — Deputado Dácio, tenho dito e se não disse agora, repito para V. Ex.<sup>a</sup>.

A autonomia de qualquer Diretório da Oposição não será e não poderá ser em qualquer momento maior que a nossa luta e maior que o nosso trabalho que tanto nos tem custado, que tanto nos tem traumatizado, que tanto tem nos martirizado, que tanto tem nos espezinhado. É este o princípio que defendemos, é este o princípio que o MDB no Brasil está a defender.

Quanto ao nome que V. Ex.<sup>a</sup> cita, eu não o citei. Será por certo o candidato de V. Ex.<sup>a</sup> e não nosso.

O SR. DÁCIO LEONEL — Bem, quando V. Ex.<sup>a</sup> falou em "Chaguismo" eu entendi que V. Ex.<sup>a</sup> partiu para este caminho...

O Sr. Enéas Faria — Repito para os seus ouvidos. Nós temos as nossas "Chagas". V. Ex.<sup>a</sup> conhecerá o significado da palavra.

O SR. DÁCIO LEONEL — Acontece, eminente Parlamentar, que quando V. Ex.<sup>a</sup> fez a menção de "temos as nossas chagas", talvez pudesse pretender, ou talvez, sem pretender, pudesse fazer com que nós, nos encaminhassemos para um raciocínio mais lógico, exatamente o Chagas, que o MDB tem no Rio, e que nós sabemos seja o maior adversário do eminente Parlamentar J. G. de Araújo Jorge.

Parece-me que aí é que está o pomo da discórdia no Rio. Não é posição do Estado do Rio, de que o MDB fluminense queira ou não, as eleições indiretas.

Acontece que não estão sabendo como dividir o bolo no Estado do Rio, esta é a grande verdade, no meu modo de entender. Eu posso ter as minhas opiniões, tanto é que os entendimentos têm ocorrido, com a presença de Amaral Peixoto, de Chagas Freitas.

Então, são aspectos assim, que nos deixam dúvidas, porque quando nós, em certas ocasiões que tem faltado "quorum" por posições do meu Partido, posições regulamentares, posições regimentais que o Partido pode tomar, nós temos sido violentamente criticados. Companheiros nossos, têm recebido críticas pessoais, porque inclusive, elementos da Oposição, eminente Deputado da Oposição, não tem poupado até críticas pessoais a parlamentares da Arena, tem usado

todas as expressões, nós temos ouvido não, como cordeirinhos, temos ouvido apenas para tentar manter dentro desta Casa, pelo menos, um posicionamento possível de diálogo entre as duas bancadas; nós temos recebido as mais diferentes ofensas. E o que acontece. Esse episódio, essa modalidade de falta de "quorum", inclusive, eu disse há pouco, se registrou no Rio, e provocada por quem? Pela própria bancada do MDB, para permitir "quorum" em votação de matéria.

Quando se diz que nós fechamos questão, e entendem que no fechamento de uma questão, um partido, não esteja agindo certo porque obriga a todos a votarem naquele mesmo ponto, eu me reporte ao episódio do Congresso Nacional, que V. Ex.<sup>a</sup> deve conhecer, que eminentes parlamentares da Oposição que pretendiam votar em favor da Reforma, acabaram sendo obrigados a não votar, e obrigados a votar favoravelmente à tese do MDB, porque a cúpula tomou a posição, os homens liderados tomaram posição, registraram na Justiça Eleitoral, então, para a Oposição, há democracia, há liberdade, há uma forma de pensamento, se não há para os homens da ARENA.

Então é preciso que comecemos falar, comecemos pelo menos, trocar idéias, trocar as opiniões, desde que não nos xinguemos, não nos ataquemos, não nos violentemos.

Tem o aparte, o Deputado Enéas Faria.

O Sr. Enéas Faria — Apenas, para se me permitir V. Ex.<sup>a</sup>, estabelecer dois reparos no seu pronunciamento. Primeiro, eminente Deputado, que ainda se respeite, que se a palavra não é respeitada, se a expressão é punida, se a manifestação encontra os cárceres, que ainda neste País, se respeite e não se procure advinhar o recôndito do pensamento humano. O que disse, está nas minhas palavras. V. Ex.<sup>a</sup> tirará a conclusão que quiser, V. Ex.<sup>a</sup> fará a dedução que quiser, mas não me incute qualquer coisa, me deixe no meu íntimo com o meu pensamento, este ainda é como um pomo sagrado, e cada um de nós pode ter.

E em segundo, Sr. Deputado. Este bolo do Estado do Rio, como de qualquer outro lugar, este, nós não o queremos porque azedo, viciado pela licitude, pela corrupção e pelas mordomias. Esse, nós não queremos, que repartam V. Ex.<sup>as</sup>. Era o aparte. O SR. DÁCIO LEONEL — Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a verdade da nossa volta à tribuna, é apenas e tão somente para que pudéssemos então, situar a nossa posição, deixar claro, de que não viemos à tribuna, ofender quem quer que seja. Não viemos trazer agressão a ninguém, não tem sido este meu hábito, não tenho usado tribuna para agredir. Tenho isso, sim, ouvido aqui muitas agressões à nossa bancada; nós temos inclusive, nos calado, porque muitas vezes, entendemos que o calor do debate, pode levar Deputados mais exaltados a essas posições.

Mas, o que eu dizia, é que aquilo que eu abordei hoje, mas que abordei num âmbito nacional, de forma geral, de posicionamento de Partidos, a isto, eu não tive resposta; a isto eu tive apenas posicionamentos, como fez o Deputado Enéas Faria, de um posicionamento seu; nós estamos aguardando é o posicionamento no âmbito nacional, do Partido da Oposição, para sentirmos se mais uma vez, irão ou não aceitar a eleição indireta. Se mais uma vez, irão ou não participar, para que possa ter todas as condições de subir às tribunas e manter as suas posições.

Apenas isto, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador). O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Esta Presidência tem a grata satisfação de registrar as presenças, na galeria de honra, do Deputado Federal, MANOEL GALVÃO e do Prefeito KOITE DODO, de Assis Chateaubriand, ambos do Movimento Democrático Brasileiro, que se fazem acompanhar dos Srs. Deputados Estaduais Fidelcino Tolentino e Edilson Alencar.

Aos nossos visitantes, os Srs. Deputados desejam uma boa estada em Curitiba.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

## ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Accioly Neto e outros, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 150/77, que declara de utilidade pública a representação, no Estado do Paraná, da Sociedade União dos Caixeiros Viajantes do Rio Grande do Sul, com sede e foro na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei n.º 150/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a representação, no Estado do Paraná, da Sociedade União dos Caixeiros Viajantes do Rio Grande do Sul, com sede e foro na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de abril de 1978.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 168/77, que declara de utilidade pública o Serviço de Obras Sociais - S.O.S., com sede e foro na cidade de Porecatu. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei n.º 168/77.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o Serviço de Obras Sociais - S.O.S., com sede e foro na cidade de Porecatu.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de abril de 1978.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 04/78, que declara de utilidade pública a Associação dos Servidores Municipais — ASEM, com sede e foro na cidade de Rio Branco do Sul. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei n.º 04/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Servidores Municipais — ASEM, com sede e foro na cidade de Rio Branco do Sul.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de abril de 1978.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, no seguinte teor: (Lê)  
"Senhor Presidente.



Tendo em vista possíveis irregularidades ocorridas na votação das EMENDAS À CONSTITUIÇÃO, propostas pelo Deputado Luiz Roberto Soares, recentemente — REQUEIRO de Sua Excelência, cópias do inteiro teor das Atas das Sessões em que foram aprovadas as referidas emendas.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1978."

— Ao Departamento Legislativo, para providenciar o requerido.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Augusto Quadros. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, em forma de apelo, no sentido de que seja construída uma ponte sobre o Rio Guarani, divisa entre os Municípios de Quedas do Iguaçu e Catanduvas. — **Aprovado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem). Sr. Presidente, requerio verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — A Presidência defere e fará a verificação.

(É procedida a verificação de votação) — (Pausa).

8 Srs. Deputados aprovam, nenhum rejeita. Não há "quorum" para deliberação, nem para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 2 de maio, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO — 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de lei n.º 178/77.

EM VOTAÇÃO — 1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — da Proposição n.º 538/77.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 09, 16, 18 e 21/78.

Levanta-se a sessão.

#### COMISSÕES PERMANENTES

#### 4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA — 8.<sup>a</sup> LEGISLATURA

##### COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente	: Ivo Thomazoni
1.º Vice-Presidente	: Jurandir Messias
2.º Vice-Presidente	: Ernesto Gnoato
1.º Secretário	: Quielise Crisóstomo da Silva
2.º Secretário	: José Domingos Scarpelini
3.º Secretário	: Ivan Rüppel
4.º Secretário	: Rosário Pitelli

##### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Titulares	Suplantes
Presidente	: Paulo Camargo
Vice-Presidente	: Muggiati Filho
Membros	: Dácio Leonel
"	: Ezequias Losso
"	: Fabiano Braga Côrtes
"	: Gilberto Carvalho
"	: Luiz Alberto de Oliveira
"	: Nelson Buffara
"	: Maurício Fruet
"	: Osvaldo Macedo
"	: Waldenício Barbalho
Secretário	: Rita Soares Bertoli
Reuniões	: Às quartas-feiras

##### COMISSÃO DE FINANÇAS

Presidente	: Erondy Silvério	Alfredo Gulin
Vice-Presidente	: José Antônio Del'Ciel	Lázaro Dumont
Membros	: Aguinaldo Pereira Lima	Fuad Nacli
"	: Gabriel Manoel	Ezequias Losso
"	: Gabriel Sampaio	Valter Pietrângelo
"	: Benedito Lúcio Machado	Adalberto Daros
"	: Edilson Alencar	
Secretário	: Teresinha Barbosa Moura e Claro	
Reuniões	: Às terças-feiras	

##### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Presidente	: Fuad Nacli	Augusto Carneiro
Vice-Presidente	: Antônio Facci	Wilson Fortes
Membros	: Jorge Sato	Ezequias Losso
"	: Egon Pudell	Aguinaldo Pereira Lima
"	: Francisco Escorsin	Ernesto Dal'Oglio
"	: Deni Schwartz	Benedito Lúcio Machado
"	: Domício Scaramella	
Secretário	: Elcy Silva Batista	

Reuniões : Condicionadas à existência de matéria

##### COMISSÃO DE AGRICULTURA

Presidente	: Lázaro Dumont	Aguinaldo Pereira Lima
Vice-Presidente	: Ernesto Dal'Oglio	Francisco Escorsin
Membros	: Luiz Alberto de Oliveira	Gilberto Carvalho
"	: Hélio Manfrinato	Otássio Pereira
"	: Alfredo Gulin	Renato Bernardi
"	: Wilson Fortes	
"	: Edilson Alencar	
Secretário	: Marlene Couto de Cristo	
Reuniões	: Condicionadas à existência de matéria	

##### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Presidente	: Fuad Nacli	Egon Pudell
Vice-Presidente	: Lineu Turra	Werner Wanderer
Membros	: Alfredo Gulin	Jorge Sato
"	: Gabriel Manoel	Adalberto Daros
"	: Valter Pietrângelo	Deni Schwartz
"	: Wilson Fortes	
"	: Jayme R. Carvalho	
Secretário	: Roberto Diniz Satyro	
Reuniões	: Condicionadas à existência de matéria	

##### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Presidente	: Werner Wanderer	Luiz Alberto de Oliveira
Vice-Presidente	: Edilson Alencar	Gilberto Carvalho
Membros	: Augusto Carneiro	Paulo Camargo
"	: Gabriel Sampaio	Nelson Buffara
"	: Renato Bernardi	Maurício Fruet
"	: José Antônio Del'Ciel	
"	: Wilson Fortes	
Secretário	: Maria Aparecida Amaral	
Reuniões	: Condicionadas à existência de matéria	

##### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Presidente	: Egon Pudell	Gabriel Manoel
Vice-Presidente	: Jayme R. Carvalho	Luiz Alberto de Oliveira
Membros	: Werner Wanderer	Gilberto Carvalho
"	: Lázaro Dumont	Domício Scaramella
"	: Trajano Bastos	Otássio Pereira
"	: Hélio Manfrinato	
"	: Fuad Nacli	
Secretário	: Agildes de Oliveira Martins	
Reuniões	: Condicionadas à existência de matéria	

##### COMISSÃO DE POLÍCIA

Presidente : Basílio Zanusso Ezequias Losso  
 Vice-Presidente : Francisco Escorsin Werner Wanderer  
 Membros : Aguinaldo Pereira Lima Dácio Leonel  
 " : Jayme R. Carvalho Adalberto Daros  
 " : Nilso Sguarezi Trajano Bastos  
 " : Benedito Lúcio Machado  
 " : Alfredo Gulín  
 Secretário : João Alberti Andretta  
 Reuniões : Condicionadas à existência de matéria

#### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

Presidente : David Federmann Jorge Sato  
 Vice-Presidente : Ernesto Dal'Oglio Gabriel Manoel  
 Membros : Paulo Camargo Augusto Carneiro  
 " : Erondy Silvério Nelson Buffara  
 " : Trajano Bastos Edilson Alencar  
 " : Jorge Sato  
 " : Nilso Sguarezi  
 Secretário : Lóris Cordeiro de Barros  
 Reuniões : Condicionadas à existência de matéria

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

Presidente : Augusto Carneiro Paulo Camargo  
 Vice-Presidente : Lineu Turra Aguinaldo Pereira Lima  
 Membros : Werner Wanderer Wilson Fortes  
 " : Luiz Alberto de Oliveira Maurício Fruet  
 " : José Antônio Del'Ciel Waldenício Barbalho  
 " : Ezequias Losso  
 " : Osvaldo Macedo  
 Secretário : Lélío Guimarães Sotto Maior  
 Reuniões : Condicionadas à existência de matéria

#### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Presidente : Francisco Escorsin Ezequias Losso  
 Vice-Presidente : Antônio Facci Paulo Camargo  
 Membros : Fuad Nacli Egon Pudell  
 " : Basílio Zanusso Adalberto Daros  
 " : Hélio Manfrinato Domício Scaramella  
 " : Aguinaldo Pereira Lima  
 " : Nilso Sguarezi  
 Secretário : José Tavares Canto Filho  
 Reuniões : Condicionadas à existência de matéria

#### COMISSÃO DE TURISMO

Presidente : Nelson Buffara Francisco Escorsin  
 Vice-Presidente : Augusto Carneiro Gabriel Manoel  
 Membros : Wilson Fortes Ezequias Losso  
 " : David Federmann Ernesto Dal'Oglio  
 " : Adalberto Daros Maurício Fruet  
 " : Egon Pudell  
 " : Otássio Pereira  
 Secretário : Maria Stella Mader do Amaral Gurgel  
 Reuniões : Condicionadas à existência de matéria

#### COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Presidente : Wilson Fortes Ezequias Losso  
 Vice-Presidente : Nelson Buffara Dácio Leonel  
 Membros : Werner Wanderer Antônio Facci  
 " : Fabiano Braga Côrtes Valter Pietrângelo  
 " : Benedito Lúcio Machado  
 " : Deni Schwartz  
 " : Gilberto Carvalho  
 Secretário : Elza Carneiro Camargo  
 Reuniões : Condicionadas à existência de matéria

#### COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Presidente : Renato Bernardi David Federmann  
 Vice-Presidente : Fabiano Braga Côrtes Erondy Silvério

Membros : Ezequias Losso Jorge Sato  
 " : Paulo Camargo Valter Pietrângelo  
 " : Trajano Bastos Maurício Fruet  
 " : Gabriel Sampaio  
 " : Muggiati Filho  
 Secretário : Myrtes Magda Gomes  
 Reuniões : Condicionadas à existência de matéria

#### COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Presidente : Werner Wanderer Erondy Silvério  
 Vice-Presidente : Maurício Fruet Luiz Alberto de Oliveira  
 Membros : Lineu Turra Lázaro Dumont  
 " : Deni Schwartz Ernesto Dal'Oglio  
 " : Egon Pudell Nelson Buffara  
 " : Francisco Escorsin  
 " : Ezequias Losso  
 Secretário : Sérgio Antônio Souto  
 Reuniões : Condicionadas à existência de matéria

Divisão das Comissões, em

(a) MANOEL AGUIAR FILHO

Chefe de Divisão

#### PORTARIAS:

##### PORTARIA N.º 155/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3563, de 25 de abril de 1978, deste Poder,

##### RESOLVE:

antecipar para 1.º de maio de 1978, as férias concedidas pela Portaria n.º 864/77, da funcionária ALICE DO ROSÁRIO ANTUNES, matrícula n.º 189, ocupante do cargo de nível PL "16", da Série de Classes de Escriturário, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 28 de abril de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

##### PORTARIA N.º 156/78

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3333, de 18 de abril de 1978, deste Poder,

##### RESOLVE:

revogar a Portaria n.º 145/78, de 24 de abril de 1978, que concedeu férias, a partir de 02 de maio do corrente ano, à funcionária LADY CUNHA, matrícula n.º 444, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Taquígrafo, do Grupo Ocupacional de Taquigrafia, do Quadro de Pessoal da Secretária.

Gabinete da Diretoria Geral, em 28 de abril de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

##### PORTARIA N.º 157/78

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

##### RESOLVE:

designar à funcionária MARIA LYDIA RATZK, matrícula n.º 539, ocupante do cargo de nível PL "21", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Departamento de Pessoal.

Gabinete da Diretoria Geral, em 28 de abril de 1978.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral

**COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA — 8ª LEGISLATURA  
ATA DA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA**

Aos trinta dias do mês de março de um mil novecentos e setenta e oito, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sob a Presidência do Senhor Deputado Fuad Nacli, presentes os Senhores Deputados: Lineu Turra, Alfredo Gulin, Gabriel Manoel, Valter Pietrângelo e Jayme Rodrigues Carvalho, havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, não havendo expediente sobre a mesa, o Senhor Presidente passou de imediato à ORDEM DO DIA — PROJETO DE LEI Nº 21/77 —

que integra no Plano Rodoviário Estadual, a BR-369. Relator, Senhor Deputado Fuad Nacli, que avocou o referido projeto. Parecer favorável, aprovado.— PROJETO DE LEI Nº 59/77 — que inclui no Plano Rodoviário Estadual para pavimentação asfáltica a estrada Palmeira — São João do Triunfo — São Mateus do Sul. Relator, Senhor Deputado Fuad Nacli, que avocou o referido Projeto. Parecer favorável, aprovado. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será pelo Senhor Deputado Presidente assinada, bem como por mim, secretário.

(aa) FUAD NACLI — Presidente

Roberto Diniz Satyro — Secretário